

# IMPEACHMENT E GOLPE: UMA DISPUTA (BÉLICA) DE/POR SENTIDOS

*Rudá da Costa Perini*

*Orientadora: Vanise Gomes de Medeiros*

Mestrando

RESUMO: O presente trabalho tem como objeto as materialidades discursivas do discurso jornalístico sobre a instauração do processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff discursivizado como uma batalha. O corpus será construído a partir dos jornais O Globo e Brasil de Fato, em suas edições de 18/04/2016 – dia posterior à votação, na Câmara dos Deputados, do processo. Sobre este evento, levaremos em consideração a distinção teórica entre os conceitos de acontecimento discursivo, histórico e jornalístico. O trabalho, fundamentado no aporte teórico da Análise do Discurso materialista, inaugurada por Michel Pêcheux na década de 60, almeja compreender o discurso quanto objeto teórico. Mobilizaremos as noções de memória discursiva, paráfrase, polissemia e silêncio como norteadoras para pensar o que chamamos de sítio bélico de sentidos. Serão focalizados os efeitos de sentidos produzidos pelos jornais através de repetição, estabilização, silenciamento e deslocamento no espaço midiático – historicamente privilegiado com status institucional – de (re)produção e disputa de sentidos. No movimento de análise, nos engajaremos em um gesto (possível) de, a partir da materialidade, questionar as evidências produzidas pelo funcionamento da ideologia no discurso dos sujeitos nos jornais ao identificar-se, ou contraidentificar-se com tais ou quais formações discursivas pondo, produzindo certos (efeitos de) sentidos sobre o referente discursivo (o impeachment/golpe). Assim, para orientar a análise, algumas questões serão postas, como: como o impeachment/golpe se discursiviza como uma batalha? O que se estabiliza e o que rompe? Há contradição?

PALAVRAS-CHAVE: batalha, impeachment/golpe, discurso jornalístico.

---

Introdutoriamente, cabe sinalizar que o presente texto deriva da escrita ainda embrionária de nossa dissertação de mestrado alinhada à Análise do Discurso materialista inaugurada por Michel Pêcheux na França e reterritorializada no Brasil por Eni Orlandi. Assim, tomamos como objeto as materialidades discursivas do discurso jornalístico *sobre* o impeachment/golpe da ex-presidenta Dilma Roussef – entenda-se materialidades discursivas aqui como a materialização, na língua, dos processos discursivos constituídos histórica e ideologicamente – se configurando como um sítio bélico de significância margeando a palavra batalha. A denominação impeachment/golpe é tomada com o propósito de sinalizar a disputa e divisão de sentidos no *corpus* a respeito do referente discursivo.

Portanto, temos a noção de discurso *sobre*, seguindo Mariani (1996), como ponto de apoio para explorar o lugar de onde se produz o discurso jornalístico, ou seja, as posições-sujeito inscritas nos jornais, no espaço midiático de circulação, citando Mariani:

Os *discursos sobre* são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* ('discurso origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral representam lugares de autoridade em que se efetua algum de tipo de transmissão de conhecimento, já que o *falar sobre* transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já conhecido pelo interlocutor. (MARIANI, 1996, p. 64)

Deste modo, pensamos que o discurso jornalístico *sobre* a conjuntura política funciona como um tipo específico de *discurso sobre*, já que tenta traduzir, decodificar, explicar o mundo. Apresenta-se o mundo através dos editoriais, notícias, artigos de opinião, etc., de maneira fragmentária (pois não há como dizer tudo), mas contraditoriamente sustentando-se um efeito ideológico de totalidade (como se tudo que tem para ser dito estivesse lá posto, nas páginas dos jornais). Interessa-nos, nessa visada do *discurso sobre*, observar os procedimentos de construção discursiva do referente (o impeachment/golpe) como uma batalha contundente entre forças antagônicas na qual apenas uma pode ser vitoriosa, configurando um sítio bélico de significância através do uso de palavras e famílias parafrásticas. Pensamos a noção de sítio de significância, a

---

partir das formulações de Orlandi (1993) e Mariani (1996), como uma região de sentidos cujas fronteiras são delimitadas pelas formações discursivas, em outras palavras, podemos imaginar uma rede de palavras conectadas por determinados sentidos dentro de uma formação discursiva dada, havendo sempre a possibilidade de atravessamentos de outras formações discursivas. Uma formação discursiva pode ser compreendida, citando Orlandi (2012), como “aquilo que numa formação ideológica dada (isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada) determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2012, p. 77). Elas podem, ainda, ser atravessadas por outras formações discursivas diversas pois suas bordas são esburacas, isto é, elas têm como condição constitutiva aberturas, infiltrações por onde outras formações discursivas penetram.

Com isso, tentaremos demonstrar no *corpus* o movimento dos sentidos em sequências discursivas referindo-se à votação de admissibilidade do pedido de impeachment pela câmara dos deputados em seção realizada em um domingo com transmissão ao vivo pela TV aberta. O *corpus*, em nossa perspectiva teórica não se reduz a um conjunto qualquer de enunciados. *Corpus* é uma noção importante pois é a partir dele que se pensa o dispositivo teórico de análise. Para tanto, citando Courtine, o *corpus* é construído como “[...] um conjunto de sequências discursivas, estruturado segundo um plano definido em relação a um certo estado das CP do discurso” (COURTINE, 2014, p. 54). As condições de produção, resumidamente, podem ser pensadas como a conjuntura enunciativa configurada por sujeitos, situação imediata, contexto sócio-histórico e ideológico, memória e interdiscurso. Lemos, nas palavras de Orlandi, que elas

incluem os sujeitos e a situação. A situação, por sua vez, pode ser pensada em seu sentido estrito e em sentido lato. Em sentido estrito ela compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. (ORLANDI, 2006, p. 17).

Em suma, é a relação entre o sujeito e uma conjuntura dada a qual entende-se uma microconjuntura: o lugar e momento em que produz o dizer, o “aqui” e o “agora” da enunciação; e uma macroconjuntura: o contexto sócio-histórico e ideológico.

---

O *corpus* foi construído a partir dos jornais *O Globo* (na edição de 18/04/2016) e *Brasil de Fato* (em sua edição de 18 a 20/04/2016). Tal escolha se deve a algumas diferenças entre eles que consideramos profícuas para nosso gesto de análise levando em conta, principalmente, um possível embate de sentidos que pode se instalar a partir delas. As diferenças que de antemão nos interessam são: a) *O Globo*, fundado em 1925, denominado nos meios de comunicação como “grande mídia” – e aqui não nos valeremos desta denominação porque pensamos que ela produz um apagamento do vínculo empresarial do jornal, ou seja, há uma corporação (o Grupo Globo) do setor privado gerenciando suas atividades –, está estabelecido histórica e discursivamente como veículo de comunicação consolidado produzindo certos efeitos de sentido pela sua credibilidade (imaginária, isto é, num jogo de formações imaginárias).

O jornal posiciona-se, (citamos os *Princípios Editoriais do Grupo Globo*, disponível em <https://oglobo.globo.com/principios-editoriais/#definicao-do-jornalismo>) como produtor de “primeiros conhecimentos sobre fatos e pessoas” com um “grau aceitável de fidedignidade e correção”, buscando “a verdade dos fatos” e traduzindo, livre de prismas e vieses, a realidade para seus leitores. O jornal *Brasil de Fato* (citamos <https://www.brasildefato.com.br/quem-somos/>), criado por movimentos populares em 2003 em sua versão nacional e em 2013 em suas versões regionais (trabalha-se aqui com a versão do Rio de Janeiro), se propõe a “contribuir no debate de ideias e na análise dos fatos do ponto de vista da necessidade de mudanças sociais em nosso país”. O grupo de organizadores, segundo as informações contidas em seu *site*, não está vinculado a nenhuma corporação privada ou órgão público se posicionando como “plural e diversificado, o BdF reúne jornalistas, articulistas e movimentos populares do Brasil e do mundo”; b) outra diferença tange as condições de circulação dos jornais. *O Globo* é um jornal encontrado nas bancas diariamente custando (no Rio de Janeiro) quatro reais.

O *Brasil de Fato* é distribuído duas vezes na semana gratuitamente em alguns pontos do estado. Um ponto importante a ser sinalizado é que trabalhamos com as versões digitalizadas dos jornais impressos os quais se encontram respectivamente nos arquivos digitais de cada jornal, o que nos leva à terceira diferença: c) o acervo digital de *O Globo* está disponível somente para assinantes e possui, no *site* principal do jornal, um atalho visível para ser acessado. O acervo digital de *Brasil de Fato* é de acesso gratuito, porém não é publicamente divulgado, isto é, não se faz menção a ele no *site*

---

principal do jornal. Tanto que para conseguirmos acesso ao acervo, quando começamos a pesquisa, foi necessário entrar em contato com a equipe da redação do jornal no Rio de Janeiro e depois de algumas tentativas, enfim, conseguir acessá-lo *on-line*. O modo de dizer sobre os acontecimentos em cada jornal é distinto, portanto, apontadas tais diferenças, pensamos que elas são constitutivas do modo de (re)produção de sentidos neles e, conseqüentemente, relevantes para a construção de nosso arquivo e recorte do *corpus*.

Partindo do evento da votação, levaremos em consideração a distinção entre os conceitos de acontecimento discursivo, histórico e jornalístico. O acontecimento discursivo é aquele que irrompe, citando Pêcheux, “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2015, p. 16) provocando um abalo nas redes estáveis de memória, um movimento de ruptura de sentidos estabilizados – contudo, há, ainda, “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever” e “o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). O acontecimento histórico, parafraseando Le Goff (1996), seria um fato pontual que, dada sua relevância, passa a ser rememorado na História, fazendo parte do que é lembrado como significativo, compondo o passado narrado pela ciência histórica. No entanto, “[...] não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação” (HENRY, 2014, p. 55), isto é, os acontecimentos convocam os sujeitos a interpretar, produzem, assim, sentidos e se inscrevem na memória. Por último, o acontecimento jornalístico, que segundo Dela-Silva (2008) é

[...] um fato, uma ocorrência no mundo; mas um fato que gera uma notícia, que por sua relevância perante a avaliação dos jornalistas do que se constitui como interesse público, merece estar presente nas edições diárias dos noticiários impressos ou eletrônicos. Trata-se de um acontecimento enquanto referente, com uma existência material no mundo; um acontecimento enquanto um fato que se inscreve na história do dia-a-dia, que o jornal e os jornalistas se propõem a escrever. (DELA-SILVA, 2008, p. 15).

A partir da noção de *discurso sobre* e das reflexões suscitadas pelos conceitos de acontecimento conforme exposto acima, mobilizaremos, com o propósito de operacionalizar a análise, as noções de memória discursiva ou interdiscurso, paráfrase,

---

polissemia e silêncio as quais serão norteadoras no rumo de pensar certas regularidades do *corpus*, entre elas um sítio bélico de significância em torno da palavra batalha.

Compreende-se o interdiscurso como uma dispersão de textos que ao longo da história formam uma espécie de estrutura heterogênea e opaca de discursos outros produzidos anteriormente e já esquecidos. O interdiscurso é a sustentação do discurso atual, ou seja, o já dito e esquecido que está na base do dizível. Este conceito também pode ser trabalhado pela noção de memória discursiva. Pêcheux (1999) formula a memória discursiva como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 56). Há, portanto, na memória discursiva, sempre um choque entre forças de estabilização e desregulação de sentidos, em outras palavras, um jogo entre paráfrase, retorno aos mesmos espaços do dizer, e polissemia, ruptura de sentidos estabilizados.

A noção de silêncio é trabalhada aqui conforme Orlandi (2007). A autora faz uma distinção teórica entre três formas de silêncio que são, em suas palavras:

“a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; e b) a política do silêncio, que se subdivide em: b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras); e b2) o silêncio local, que se refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura)”. (ORLANDI, 2007, p. 24).

Para nosso gesto de análise se mostra mais produtivo a política do silêncio, em especial o silêncio constitutivo, como veremos adiante.

Logo, serão focalizados os efeitos de sentidos produzidos nos/pelos jornais através de repetição/estabilização, silêncio e deslocamento no espaço midiático de (re)produção e disputa de sentidos via discursivização de uma batalha – é importante destacar que o espaço midiático, do nosso ponto de vista, é privilegiado historicamente com *status* institucional para falar com verdade e propriedade *sobre* o que acontece no mundo.

No movimento analítico, nos engajaremos em um gesto (possível) de questionar as evidências produzidas pelo funcionamento da ideologia no discurso dos sujeitos nos jornais, pondo em movimento certos (efeitos de) sentidos sobre “batalha”.

---

Almeja-se investigar, também, que filiações a tais ou quais formações discursivas comparecem. No entanto, é importante sinalizar, as formações discursivas não estão dadas *a priori*, ou seja, só podem ser identificadas, mapeadas, nomeadas, posteriormente ao esforço de análise, porque é justamente a análise que nos dará indícios das formações discursivas que atravessam o discurso.

Assim, formulamos algumas questões a serem trabalhadas no *corpus*: a) como o processo de impeachment se discursiviza como uma batalha? b) o que se tenta estabilizar e o que é silenciado? c) há algum acontecimento discursivo instaurando contradição dentro das formações discursivas às quais filiam-se os jornais?

Com isso, vejamos a seguir algumas sequências discursivas a fim de esboçar um procedimento de análise:

SD1(BF) “Câmara dos Deputados aprova golpe contra Dilma” (Jornal *Brasil de Fato*, 18 a 20/04/2016, manchete).

SD2(BF) “Presidida por Eduardo Cunha (PMDB-RJ), réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por lavagem de dinheiro e corrupção passiva, a sessão da Câmara dos Deputados aprovou, neste domingo (17), a abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

A **batalha** segue no Senado e nas ruas” (Jornal *Brasil de Fato*, 18 a 20/04/2016, linha fina da manchete).

SD3(OG) “**Batalha** no Congresso” (Jornal *O Globo* 18/04/2016, chapéu da manchete).

SD4(OG) “Por 367 votos, 25 a mais que o necessário, Câmara aprova autorização para processo de impeachment da presidente Dilma” (Jornal *O Globo* 18/04/2016, manchete).

Em SD2(BF), “a batalha” aparece retomando “a abertura do processo de impeachment”, que “segue no senado”. No entanto, esta “batalha” também é travada “nas ruas”, ou seja, não se trata apenas do rito jurídico, ativa-se uma memória discursiva de militância dividindo o sentido de “batalha”. Em SD4(OG), nenhum elemento retoma “batalha” da SD3(OG), instaurando-se um processo outro de discursivização, isto é, há certa indefinição acerca de “batalha” no enunciado de SD3(OG), tanto por não haver um determinante como em “a batalha segue no senado e nas ruas” como lemos em SD2(BF), quanto por “batalha” em SD3(OG) comparecer isoladamente, apenas situada



---

no espaço por “no congresso”. Em SD2(BF), “nas ruas” evoca um sentido de protesto, mobilização popular contra o processo, levando em consideração que, em SD1(BF), lemos “Câmara dos Deputados aprova golpe contra Dilma”, isto é, a “batalha” que segue nas ruas é do povo contra o “golpe”.

Tal formulação é possível, por paráfrase, apenas em BF o que nos dá pistas de que as batalhas são distintas em OG e BF, apesar do sítio de significância em ambos retomar sentidos bélicos, de luta, de guerra. Além disso, SD2(BF) traz a palavra “golpe” também por retomada na correspondência das estruturas sintáticas entre: “Câmara dos Deputados aprova golpe contra Dilma” e “a sessão da Câmara dos Deputados aprovou, neste domingo (17), a abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff”. Isto é, o complemento do verbo “aprovar” em SD1(BF) é “golpe contra Dilma” e em SD2(BF) é “a abertura do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff”. Deste modo, o sujeito-jornalista posiciona-se discursivamente ao referir-se ao processo como golpe, reterritorializando a “batalha” em outra região de sentidos em relação às SD3 e 4(OG) que circunscrevem-se apenas numa região formal ou jurídica ao falar *sobre* impeachment/golpe.

Logo, tanto em SD1 e SD2(BF), quanto em SD3 e SD4(OG) temos o emprego de “batalha” configurando o que estamos chamando de sítio bélico de significância, isto é, uma região de sentidos margeando o sentido de “batalha” que é, via paráfrase, estabilizado, constituindo a evidência de uma batalha, uma guerra. O sentido de batalha é posto como evidente por um efeito de pré-construído. Pode-se pensar o pré-construído como um objeto discursivo, um saber compartilhado e de comum conhecimento, que fala antes, como algo que “cai do céu” no enunciado, já imerge saturado de sentidos. Pêcheux, assim formula:

[...] a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre dois “domínios do pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento de outro sob a forma do que chamamos “pré-construído”, isto é, como se esse elemento já se encontrasse aí. (PÊCHEUX, 2014, p.89)

Para tanto, o pré-construído é concebido como um componente do interdiscurso, a parte relativamente estável, uma forma de nominalização, de encaixe



---

sintático, o conhecido não esquecido. Da forma que propõe Pêcheux (2014), seria como se esse elemento já se encontrasse sempre aí por efeito da interpelação ideológica, isto é, um objeto simples do mundo já conhecido por todos, proveniente de outros discursos. O que é denominado e evidente para os sujeitos.

Além disso, em SD4(OG), lemos o aposto “25 a mais que o necessário” que pode significar “batalha vencida com folga”, “vitória esmagadora”, ou seja, o sujeito-jornalista que escreve a manchete ressalta uma informação considerada relevante deixando também indícios da formação discursiva na qual se inscreve sendo possível formular: a “batalha no congresso foi vencida”. Mas quem venceu?

## REFERÊNCIAS

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. *O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia*. Tese de doutorado defendida sob orientação de Monica Graciela Zoppi Fontana. Campinas: 2008.

HENRY, Paul. *A história não existe?*. In: ORLANDI, Eni (org.). *Gestos de leitura: Da história no arquivo*. 4ªed. Editora da Unicamp: 2014.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão [et. al.]. 4ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese de doutorado defendida sob orientação de Eni Puccinelli Orlandi. CAMPINAS: 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993.

\_\_\_\_\_. *Discurso e leitura*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Papel da memória*. In: ACHARD, P. [et al]; *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso uma crítica à afirmação do óbvio*. 5ª Ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

\_\_\_\_\_. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. 7ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.